

# **COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

## **PROJETO DE LEI Nº 1.435, DE 2011**

Dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências.

**Autora:** Deputada IRACEMA PORTELLA

**Relator:** Deputado LUIZ CARLOS SETIM

### **I – RELATÓRIO**

A proposição, de autoria da ilustre Deputada Iracema Portella, que dispõe sobre os fundamentos da política de agroturismo ou turismo rural e dá outras providências, estabelece que as atividades do agroturismo ou turismo rural passem a integrar a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

O art. 2º do projeto define como agroturismo ou turismo rural o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

De acordo com o art. 3º da proposição, as pessoas jurídicas que se dedicam ao agroturismo ou turismo rural estarão sujeitas aos mesmos regimes tributários, trabalhistas e previdenciários previstos para a atividade agrícola, ressalvado o direito de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por último, o projeto de lei, em seu art. 4º, estabelece que a contribuição devida à seguridade social pelo empregador que se dedique à produção rural e ao agroturismo rural é estabelecida pela Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, em substituição à prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Em sua justificação, o autor salienta: “Não obstante as ambiciosas metas constantes do Plano Nacional de Turismo, a atual política setorial reservou um espaço tímido ao agroturismo ou turismo rural.”

E acrescenta: “O turismo rural valoriza as atividades agropecuárias e o patrimônio cultural e natural do campo, com reflexos positivos para o produtor rural, para a comunidade, para os habitantes das cidades e para a natureza.”

A proposição foi distribuída para apreciação às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Turismo e Desporto; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nos termos regimentais, o Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas. Findo este, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Em nosso entender, trata-se de matéria da mais alta relevância, vez que busca incentivar o agroturismo, que é o segmento do setor de turismo que mais cresce, tanto no Brasil quanto mundialmente.

A equivalência tributária, trabalhista e previdenciária, prevista no projeto analisado, entre produção agrícola e a pessoa jurídica que se dedique ao agroturismo, representará, por certo, importante estímulo para o fortalecimento do turismo rural.

Conforme estudo publicado no site da Embrapa Meio Ambiente, o “agroturismo ajuda a estabilizar a economia local, criando empregos nas atividades indiretamente ligadas a esta atividade, como comércio de mercadorias, serviços auxiliares, construção civil, entre outras, além de abrir oportunidades de negócios diretos, como hospedagem, lazer e recreação. Com relação aos benefícios ambientais, pode-se mencionar o estímulo à conservação ambiental e à multiplicação de espécies de plantas e animais, entre outros, pelo aumento da demanda turística. Economicamente, podem-se mencionar como exemplos de vantagens associadas ao agroturismo, a possibilidade de agregar valor aos produtos agrícolas do estabelecimento e a instalação de indústrias artesanais, por exemplo para a produção de alimentos regionais típicos.”

Ademais, ainda de acordo com a Embrapa, a atividade “desperta a atenção para o manejo e recuperação de áreas degradadas e da vegetação florestal e natural. Portanto, as atividades do agroturismo merecem consideração sobre a ação de planejadores comprometidos não somente com a conservação dos recursos naturais, como com a geração de renda e melhoria no padrão de vida e equidade social para as comunidades locais.”

Em virtude da importância da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.435, de 2011.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado LUIZ CARLOS SETIM  
Relator